

**1. Excelentíssima Juíza Morgana de Almeida Richa, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região – AMATRA-IX:**

“Segundo um ditado oriental: ‘Se dois homens vêm andando por uma estrada, cada um carregando um pão, e, ao se encontrarem, eles trocam os pães, cada homem vai embora com um pão. Porém, se dois homens vêm andando por uma estrada cada um carregando uma idéia, e, ao se encontrarem, eles trocam as idéias, cada homem vai embora com duas idéias.’ Excelentíssimo Senhor Juiz Fernando Eizo Ono, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em nome de quem cumprimento todas as demais autoridades nominadas. Senhores e Senhores. Acabo de regressar de Brasília, onde em nome de meus ilustres colegas de magistratura, assisti à sanção da lei que cria o quadro de informática da Nona Região, conquista alcançada após quase onze anos de tramitação nos gabinetes do Congresso Nacional e que significa inestimável avanço na estrutura da Justiça do Trabalho do Paraná. De igual forma, nosso Estado comemorou retumbante vitória em julho de 2002, com a aprovação do Projeto que tramitava no Legislativo desde 1994. Sancionada a lei, foram criados expressivos 375 novos cargos efetivos no quadro de pessoal do TRT da Nona Região, de longa data deficitário em sua estrutura e serviços. Ao avançar nos dois relevantes aspectos mencionados, ganhamos nova dimensão de atendimento e satisfação do corpo funcional, com retorno social direto no fim a que se destina a atuação do Judiciário Trabalhista Paranaense. Também, neste final de biênio, após nove anos de espera, vivemos a concretização de um sonho longamente acalentado com a sanção da Lei 10.770 em 21 de novembro último, que ao criar 269 novas Varas na Justiça do Trabalho em todo País, destaca o Paraná, como segundo Estado a ser beneficiado com maior número de unidades, autorizando a

instalação de 25 novas Varas do Trabalho, que originarão 50 vagas para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Esta lei constitui uma conquista para a sociedade ao ampliar o acesso à Justiça para milhares de brasileiros, ao mesmo tempo em que atenuará o problema gerado pelo acúmulo processual na Justiça do Trabalho. As significativas vitórias são resultado de um compartilhar de idéias, do trabalho conjunto das administrações dos Tribunais e das Associações de Magistrados, que juntas empreenderam intensas negociações junto ao Executivo Federal, lideranças partidárias do Congresso Nacional. Merece destaque neste particular a atuação firme da Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que com grande credibilidade tem dirigido seus trabalhos no Congresso Nacional, de modo a obter o esperado respaldo em projetos institucionais da maior relevância. Na oportunidade, nos prestigia com a presença, o presidente da entidade, Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho, a quem os juízes do trabalho do Paraná não podem deixar de prestar o seu reconhecimento. Este trabalho destacado e exitoso é a melhor resposta aos que acusam a magistratura e suas associações de corporativismo voltado para a defesa de vantagens e privilégios. Em verdade, a luta que nos anima, é o aprimoramento da estrutura do Poder Judiciário; é o interesse de garantir a celeridade processual e o acesso de todos à Justiça; é a defesa sim, não de privilégios, mas das inafastáveis prerrogativas da magistratura, que não pode se submeter a condicionantes que comprometam a perfeita administração da Justiça. Desta soma de esforços, - dos órgãos formais do Poder Judiciário com as associações de magistrados -, o Paraná tem sido referência e, neste contexto, a Justiça do Trabalho o melhor exemplo. Por isto é possível afirmar: não há coincidência nas conquistas obtidas no biênio. Foi resultado da vontade firme do Juiz Lauremi, que bem articulado, partilhou os desafios da Região com a Amatra, com quem sempre trocou suas idéias e

aceitou outras tantas de seus colegas. 'Sou um homem simples'! Assim, há dois anos passados, o Ilustre Juiz Lauremi Camaroski iniciava seu discurso de posse na presidência desta Corte. Ser simples não é comum. Ao contrário, é raro numa sociedade inclinada a racionalizar questões, a processar idéias e a tornar complexas soluções que deveriam ser práticas e simples. Portanto, ser simples é virtude de poucos, como o Juiz Lauremi, que ao longo de sua brilhante carreira esteve voltado inteiramente ao cumprimento da função de magistrado, imune à vaidade insana do carreirista ou aos ataques do oportunismo que persegue as vantagens pessoais do poder. Com esta mesma simplicidade e coerência, presidiu esta Corte, provando que não tem maior valor aquele que sabe mais, mas o que melhor sabe. E foi assim, discreto e simples, que deu contribuição inestimável à Justiça do Trabalho do Paraná, ao concretizar os anseios alimentados há mais de 10 anos por jurisdicionados, juízes, procuradores e advogados. Recordo, ainda, que em seu discurso de posse o Juiz Camaroski, confirmando seu desapego aos cargos, confessava ter aceitado a presidência que não aspirava, ao se curvar às ponderações do Juiz Fernando Eizo Ono, que o convenceu da conveniência de observar a ordem natural das coisas na administração do Tribunal. Esta troca de idéias entre os dois magistrados sintetiza a importância da lição deixada pela milenar sabedoria oriental para os destinos deste Tribunal. Ao aceitar o cargo, ganhou a Região com sua destacada administração e hoje, ganha o ponderado Juiz Fernando Ono que assume a presidência com os caminhos aplainados para implementar as conquistas que agora, dependem apenas de nosso próprio trabalho. Magistrado experiente, Fernando Ono assume os destinos da Nona Região, com uma visão privilegiada da Justiça do Trabalho, adquirida tanto como juiz do primeiro grau, quanto como ministro interino, por longo período, do Tribunal Superior do Trabalho, para onde, mercê de sua reconhecida competência,

ainda retornará. De poucas palavras e de reconhecida atuação, é portador de todas as virtudes para superar os desafios do cargo e para vencer todos os obstáculos que a própria conjuntura política do Poder Judiciário está a sugerir. E neste honroso mister, contará com a inestimável contribuição da Juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, na vice-presidência, do Juiz Nacif Alcure Neto, na Corregedoria e dos demais ilustres juízes desta Casa e da Região. Contará, sobretudo, com a permanente disposição da Amatra para trocar idéias e empreender todas as ações voltadas a aprimorar ainda mais este ramo do Judiciário, para que a Justiça do Trabalho continue cumprindo, cada vez melhor, seu papel de instrumento do Estado Democrático de Direito e de garantidora do equilíbrio entre o Capital e o Trabalho. Felicidades.”